

A oferta de educação hospitalar para jovens e adultos no Brasil: uma análise das políticas educacionais (2000-2010)

Young and adult hospital-based education in Brazil: an analysis of education policies (2000-2010)

La oferta de educación hospitalaria para jóvenes y adultos en Brasil: una análisis de políticas educativas (2000-2010)

Alyne Martins Gomes¹ , Isaías Francisco de Carvalho¹ 

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil.

Autor correspondente:

Alyne Martins Gomes

Email: alyne_ba@hotmail.com

Como citar: Gomes, A. M., & Carvalho, I. F. (2023). A oferta de educação hospitalar para jovens e adultos no Brasil: uma análise das políticas educacionais (2000-2010). *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 16(35), e18908. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v16i35.18908>

RESUMO

O texto é um recorte atualizado e expandido da dissertação desenvolvida no programa de mestrado em História do Atlântico e da Diáspora Africana (PPGH-UESC). Nesse sentido, tem por objetivo expor parte das análises realizadas acerca das políticas públicas educacionais implementadas durante a primeira década do século 21 para estudantes adoecidos, público da Educação de Jovens e Adultos - EJA. Apresenta algumas das fontes da pesquisa, a saber: artigos, dissertações, teses e diplomas legais publicados entre 2000 e 2010. Utiliza a metodologia qualitativa e a pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, descritivo e interpretativo das fontes, por meio das quais discute o espaço de atenção ocupado pela temática e destaca a relação entre educação e saúde. Enuncia, com base nos resultados, a relevância do debate sobre a ampliação oferta e efetivação da educação e da saúde como direitos sociais, por conseguinte, a divulgação da Educação em Ambientes Hospitalares - EAH para EJA.

Palavras-chave: Educação em Ambiente Hospitalar. EJA. Políticas Públicas Educacionais.

ABSTRACT

This work is an updated and expanded section of the research carried out in the master's program in History of the Atlantic and the African Diaspora (PPGH-UESC). In this sense, it aims to expose part of the analyses carried out about the educational public policies implemented during the first decade of the 21st century for sick students in the public Brazilian program regarding Youth and Adult Education - EJA. It presents some of the research sources, namely: papers, dissertations,

theses and legal documents published between 2000 and 2010. It uses a qualitative methodology and has a bibliographical research approach, with an exploratory, descriptive and interpretative character of the sources, through which it discusses the space of attention occupied by the theme and highlights the relationship between education and health. It enunciates, based on the results, the relevance of the debate on expanding the offer and effectiveness of education and health as social rights, therefore, the dissemination of Hospital-Based Education for EJA.

Keywords: Educational Public Policies. Hospital-Based Education. Youth and Adult Education – EJA.

RESUMEN

El texto es una parte actualizada y ampliada de la disertación desarrollada en el programa de maestría en Historia del Atlántico y de la Diáspora Africana (PPGH-UESC). En este sentido, pretende exponer parte del análisis realizado sobre las políticas educativas públicas implementadas durante la primera década del siglo XXI para estudiantes enfermos, el público de la Educación de Jóvenes y Adultos - EJA. Presenta algunas de las fuentes de investigación, a saber: artículos, disertaciones, tesis y diplomas jurídicos publicados entre 2000 y 2010. Utiliza la metodología cualitativa y la investigación bibliográfica, de carácter exploratorio, descriptivo e interpretativo de las fuentes, a través de las cuales discute el espacio de atención ocupado por el tema y destaca la relación entre educación y salud. Enuncia, con base en los resultados, la relevancia del debate sobre la ampliación de la oferta y efectivización de la educación y salud como derechos sociales, por lo tanto, la difusión de la Educación en Ambientes Hospitalarios - EAH para EJA.

Palabras clave: Educación en Ambientes Hospitalarios. EJA. Políticas educativas públicas.

INTRODUÇÃO

Os debates sobre a educação no Brasil nem sempre ocuparam um espaço relevante nas discussões historiográficas, ora por sua gênese marcada no campo educacional, ora por não encontrar abrigo no escopo de interesses dos historiadores. A temática educação se restringiu muitas vezes ao debate sobre as ideias pedagógicas. As reflexões sobre as políticas públicas educacionais, modalidades educacionais, os segmentos, as etapas e as/os sujeitas/sujeitos em geral, figuravam orbitando abordagens sobre ensino.

A Educação Hospitalar, inserida como um atendimento da Educação Especial, apresenta-se desconhecida no âmbito das políticas de saúde e de educação brasileiras, seja por educadores, seja por acadêmicos, seja pela sociedade civil. Suas experiências mais numerosas estão concentradas no âmbito da educação de crianças e adolescentes.

O trabalho educativo com pessoas jovens e adultas em tratamento de doenças crônicas que exigem períodos longos e/ou frequentes de hospitalização, por conseguinte, de afastamento escolar, vem sendo realizado por educadoras/es há algum tempo no Brasil. Para Alessandra Barros (2011), a origem da educação hospitalar brasileira estaria nos espaços nos quais também teve início o ensino especial no país - os asilos para alienados (Barros, 2011).

Apesar do que aponta Barros (2011), no que diz respeito à datação das primeiras experiências, não há consenso entre os pesquisadores do campo. Isso porque é necessário refletir sobre quem institui e com quais objetivos a oferta de educação em espaços hospitalares foi implantada. De maneira que, se pensarmos nos primeiros registros da experiência educativa hospitalar, apartada das ações assistencialistas (em particular, realizadas pelas irmandades católicas), percebe-se que a Educação em Ambiente Hospitalar (EAH) estava em funcionamento no Brasil desde a primeira metade do século XX.

A nomenclatura é um ponto relevante para compreensão do tema em tela. Neste artigo, nomeamos EAH a oferta de educação formal, mantida pelas redes de ensino público da educação básica. Nosso foco é a EAH para estudantes jovens e adultas/os internadas/os, no sentido da oferta

de acesso a práticas pedagógicas e promovessem o início e/ou continuidade da escolarização para o público da Educação de Jovens e Adultos - EJA.

No Brasil, o primeiro documento governamental (via Ministério da Educação) a tratar exclusivamente sobre a educação para estudantes em tratamento de doenças foi publicado em 2002 (sendo a única fonte formal de orientações publicadas até a escrita deste texto). Esse documento apresenta o conceito sobre a oferta de educação para estudantes enfermos em ambiente hospitalar, denominando-o “classe hospitalar”, ao passo que o diferencia do atendimento pedagógico domiciliar - APD.

Como classe hospitalar, define as aulas que ocorrem em ambientes de tratamento de saúde, em circunstância de internação para estudantes da educação básica, que podem se dar em hospital-dia e hospital-semana ou em serviços de atenção integral à saúde mental (Brasil, 2002). Ressalta-se, contudo, que as aulas nos espaços hospitalares podem ocorrer individualmente, sem agrupar os estudantes - que são também pacientes - num único local, como preconiza a ideia de classe.

Nesse sentido, enfatizamos a opção pelo uso do termo educação em ambiente hospitalar – EAH –, compreendida como a ação docente que ocorre em ambientes hospitalares, ofertada a todas/os estudantes que necessitam de acompanhamento educacional especializado, para que prossigam ou iniciem o processo educativo. Cabe, portanto, considerar situações de adoecimento como relevante aspecto causal do afastamento de jovens e adultos do percurso escolar, entendendo o adoecimento como situações da vida cotidiana que impactam sensivelmente no processo de escolarização.

Durante a passagem da vida humana, as/os sujeitas/os são passíveis de enfrentar problemas de diversas ordens, tais como doenças, que podem ser passageiras e pouco severas, mas também podem ser permanentes e mesmo graves. Além disso, acidentes podem ocasionar enfermidades, temporárias ou não, que demandem tratamentos contínuos e/ou restritivos.

Frankl (2008) considera que o ser humano possui três dimensões: a dimensão física, a psicológica e a dimensão noética ou espiritual. Essa última, caracteriza a dimensão humana, onde encontram-se os recursos como liberdade, responsabilidade, criatividade, consciência, espiritualidade, humor, dentre outros, importantes na busca da realização dos sentidos que a vida vai oferecendo à cada pessoa. Assim, ainda que a dimensão física ou psicológica esteja doente, a dimensão noética não é passível de adoecimento e envelhecimento, possibilitando a realização de valores (Frankl, 2008 citado por Zanatta, 2021, p. 97).

Nesses casos de adoecimentos duradouros ou permanentes, as pessoas, por certo, desorganizam e (re)organizam suas vidas, de modo a realizar tratamentos, em busca da recuperação da saúde ou limitação do agravamento da enfermidade. Assim, embora não aborde especificamente as doenças que acarretam o afastamento das/os estudantes, o estudo procurou analisar as políticas públicas educacionais propostas entre 2000 e 2010 para a garantia da educação como um direito social para estudantes hospitalizadas/os.

A EAH se inscreve como política pública educacional que se desenvolve em ambiente de saúde, na medida em que não restringe as vidas das/os sujeitas/os à situação de enfermidade. Ao contrário, evoca o direito constitucional à educação e à saúde como princípio humano. Ou seja, o termo EAH amplia a dimensão sobre a variedade das/dos sujeitas/os, das práticas e dos espaços internos dos hospitais que podem ser envolvidos/utilizados por essa ação pedagógica.

Assim, o trabalho docente é concebido como um atendimento pedagógico sistematizado e especializado, adaptado e adequado, no âmbito da Educação Básica, que pode se dar de modo individual (nos leitos) ou coletivo (enfermarias, salas de espera ou em classes hospitalares), conforme as particularidades das/os estudantes hospitalizadas/os, respeitando as restrições impostas por sua condição clínica ou pelo tratamento da enfermidade.

Nessa perspectiva, com base nos pressupostos educacionais freireanos, passamos a apresentar um conjunto de reflexões que visam, por um lado, historicizar a emergência do debate

sobre a oferta de EAH aos estudantes da EJA, em sua grande maioria jovens e adultos pertencentes às classes populares; por outro, inferir sobre os problemas e desafios presentes e que repercutem significativamente nos percursos escolares e no direito à educação para esse público EJA no contexto de adoecimento e hospitalização.

METODOLOGIA

A investigação realizada e apresentada na dissertação "Políticas Públicas em Educação Hospitalar para Jovens e Adultos no Brasil: legislação e efetivação de direitos (2000-2010)" (Gomes, 2022) priorizou iniciar a análise a partir do processo de ampliação do direito à educação no Brasil, a segunda metade da década de 1980.

Por certo, tratava-se de novo cenário, onde as liberdades estavam sendo retomadas, visto que a configuração política anterior apresentava o país sob uma ditadura civil-militar. Assim, é considerado um momento histórico propício para o aumento das reivindicações por direitos, entre eles, os direitos sociais. As/os pesquisadoras/es não têm se esquivado de investigar, debater e incluir outras narrativas, fontes, sujeitas/os e questões na escrita da história da educação brasileira pós-ditadura civil militar.

Durante a Constituinte de 1987-88, a discussão sobre educação como direito a ser garantido para todos criou o marco legal para a EAH. As premissas de universalização da escola passaram a fazer parte da agenda das políticas públicas, no sentido do direito dado a todas/os de se matricular e de estar na escola – obrigatória no ensino fundamental, posto que nos outros níveis é considerado um direito público subjetivo. Entretanto, foi na Lei Nº 9394, 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) que a oferta da EAH foi mencionada explicitamente. A conexão entre o Estado e a sociedade civil tornou-se mais complexa com a Constituição de 1988.

A partir da interface educação-saúde, procuramos debater o espaço de atenção historicamente ocupado pela educação hospitalar e as marcas da precarização do processo educacional, em específico, para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos hospitalizados. Por meio da revisão da literatura e da análise documental, buscamos interpretar as relações entre a educação e a saúde popular como direitos advindos de um amplo debate pelos movimentos sociais no contexto da redemocratização.

Ao mesmo tempo, conforme apontam Saldanha e Simões (2013) no período entre 1980-90 também foram recorrentes, em diversos eventos mundiais, discussões a favor da universalidade dos direitos humanos, que resultaram em compromissos firmados para a implantação de políticas públicas que assegurassem direitos aos cidadãos, em âmbito internacional, nacional e regional.

Diante desse contexto, esteve sob análise o período que se seguiu, os anos de 2000 a 2010, sendo tomados como referência dois dispositivos legais: as "Diretrizes Curriculares da EJA" (Brasil, 2000) e o Plano Nacional de Educação – PNE (Brasil, 2001), dada a abrangência temporal e os possíveis impactos que esses textos do ordenamento jurídico, criados como políticas públicas educacionais nacionais, pudessem ter provocado no campo específico da EJA/EAH.

Cabe mencionar a escolha pela abordagem qualitativa, considerando a importância da interpretação dos eventos que possibilitaram a implantação da EAH e as implicações de sua oferta para o público da EJA. Esta pesquisa preocupou-se em investigar a partir do que apontam Silveira e Córdova (2009), analisar os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se assim na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Desse modo, abordar uma temática que envolve explicar a educação para uma parcela da sociedade que historicamente esteve marginalizada requer trilhar um caminho que possibilite esclarecimentos sobre o papel e função da educação na vida social e para as/os sujeitas/os. Portanto, o uso de abordagens metodológicas que na investigação do campo educacional possam cooperar para o alcance das explicações. Essa premissa, aponta que as significações da abordagem qualitativa permitem compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas em uma

sociedade por meio das representações em que os indivíduos se colocam em cada relação com o meio, conforme trataram Sousa e Silva (2020).

O exercício metodológico exigiu adotar critérios para a seleção e análise das fontes, bem como estabelecer comunicação com a bibliografia pertinente ao tema de modo a construir um panorama sobre as políticas públicas em EAH para jovens e adultos hospitalizados. Para Karnal e Tatsch (2009), o trabalho, com base na pesquisa bibliográfica e documental, esta última entendida para além da investigação exclusiva em fontes primárias, mas no sentido mais esgarçado do termo documento.

A revisão bibliográfica realizada possibilitou conhecer o “estado da arte” e especificamente formar um quadro sobre a produção em torno da temática da EAH entre 1990-2010, formada por 49 dissertações de mestrado, nove teses de doutorado, 122 artigos científicos em periódicos e anais de diferentes eventos, 94 nos Anais do 1º e 2º Fórum Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar que ocorreram, respectivamente, em 2006 e 2010, e três cartas elaboradas pelas plenárias do Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar que aconteceu, em geral, bi-anualmente, em cidades diferentes desde o ano 2000, além de 16 livros publicados.

Para realizar a atividade investigativa pretendida, além desses diplomas legais, algumas cartas e declarações, assinadas entre os anos de 1990 e 2010, particularmente relacionadas com a temática deste artigo, a saber: a Declaração Mundial de Educação para Todos, de Jomtien (Tailândia, 1990), a Declaração de Sundsvall (Suécia, 1991), os Princípios para a Proteção dos Doentes Mentais e a Melhoria dos Cuidados de Saúde Mental, em 1991; os Princípios das Nações Unidas para os Idosos, em 1991, a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994), a Declaração de Jacarta (Indonésia, 1997), a Convenção de Guatemala (1999), a Carta do Terceiro Milênio (Inglaterra, 1999), o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (2000), a Declaração do México (México, 2000), a Declaração Internacional de Montreal sobre a Inclusão (2001), a Carta de Bangkok (Tailândia, 2005), a Convenção de Nova York (Estados Unidos, 2007) e a Carta de Belém (Brasil, 2009).

O objetivo ao inquirir essa documentação foi avaliar a participação, assinatura ou incorporação dos princípios programáticos desses documentos internacionais à legislação brasileira. Em certa medida, tal comprometimento demonstrava, ao menos no cenário internacional, aproximação com diferentes pautas, entre as quais as relacionadas à educação e à saúde.

Outras fontes relevantes para o estudo foram obtidas a partir do levantamento das teses, dissertações e artigos sobre EAH através de mecanismos de busca online nos seguintes bancos e repositórios: o Congresso Nacional de Educação - “EDUCERE”, o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, o Repositório Institucional da Fundação Oswaldo Cruz “ARCA Fiocruz”, o portal “Google Acadêmico” e o Centro de Informação e Biblioteca em Educação “Cibec” do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para os artigos, e no Catálogo de Teses e Dissertações da “CAPES”, no acervo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, para as teses e dissertações.

A seleção dos repositórios e acervos digitais citados considerou os seguintes aspectos, a saber: a) a quantidade de artigos, teses e dissertações disponibilizadas digitalmente; b) a data inicial das publicações; e c) no caso específico da BDTD, como acervo complementar para a localização de resumos e links das teses e dissertações que não estavam disponíveis no catálogo da CAPES.

As buscas concentraram-se em publicações brasileiras, no idioma português. Também separamos os estudos por abordagem. Para realizar essa distinção foram observados os títulos, os resumos e introduções dos artigos, teses e dissertações que constaram no retorno das buscas de cada uma das palavras-chave. Todos aqueles que se repetiram nas bases de dados foram considerados e contabilizados uma única vez.

Entretanto, os artigos, dissertações ou teses que apresentavam discussões com enfoques clínicos e médicos, ou seja, diretamente focados com a área da saúde ou voltados para formação de profissionais em saúde e outros temas próximos a política de Educação Permanente em Saúde do

Sistema Único de Saúde - SUS foram considerados como distintos da discussão, ou seja, que não possuíam relação direta com o tema pesquisado. Não foram utilizados materiais que tratassem exclusivamente de aspectos referentes ao brincar, à ludicidade e à brinquedoteca, trabalhos de conclusão de curso de graduação e artigos em português, mas publicados em revistas internacionais. Outro aspecto considerado relevante quanto aos dados pesquisados foi o levantamento no *site* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, no Diretório dos Grupos de Pesquisa - DGP, dos grupos de pesquisas que desenvolvem estudos sobre EAH.

A pesquisa buscou, ainda, situar a EJA no interior do debate sobre educação hospitalar da época, ou seja, analisar a partir do levantamento bibliográfico o que teoricamente fora discutido e os resultados alcançados e apresentados por outros pesquisadores. No que concerne à pesquisa em EJA, consideramos como referencial fundamental para discussão a Lei n. 10.172 (2001), que estabeleceu o Plano Nacional de Educação - PNE (2001-2010), no conjunto das políticas para EJA. Nesse documento, foram estabelecidas 26 metas para essa modalidade educacional. O PNE pode ser considerado estruturante para EJA porque trata de sua formalização como modalidade da Educação Básica, nos sistemas públicos de ensino. Além dessa política, pareceres, resoluções, cartas e programas implementados entre 2000-2010 também compuseram a documentação analisada acerca da EJA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inserção, na Constituição de 1988, da subjetividade como caráter decisório para o prosseguimento nas demais etapas de escolarização posteriores ao Ensino Fundamental foi reforçado pelo discurso de cidadania. Como um direito público subjetivo, a legislação reconheceu que cada pessoa poderia, em decorrência de uma condição especial, movimentar as normas jurídicas para o atendimento de seu interesse individual, exigindo que o poder estatal execute aquilo a que tem o dever.

Dessa maneira, ao Estado, impõe-se a condição obrigatória de atender ao direito a Educação, posto que o entendimento legal deixou em aberto a possibilidade de que pessoas em situação de adoecimento pudessem ter seus processos de escolarização garantidos, uma vez que prosseguir em seu percurso educativo estaria condicionado a seus próprios interesses.

Todavia, a oferta de Educação em Ambientes Hospitalares (EAH) ainda é pouco conhecida no âmbito das Políticas Educacionais e de Saúde brasileiras, seja por educadores, seja por acadêmicos, seja pela sociedade civil. A respeito dessa invisibilidade, *a priori*, destacamos os seguintes motivos: a) por se tratar de uma temática bastante recente no tocante ao debate acadêmico; b) pelo fato da EAH ser ainda pouco difundida; c) pela existência de um foco maior na oferta da EAH para crianças e adolescentes por parte dos órgãos de educação municipais e estaduais; e d) pelo número ainda inexpressivo de estudos (artigos, dissertações e teses) que discutam a EAH para jovens e adultos.

No campo da história, em acervos e repositórios que foram pesquisados, apenas um trabalho escrito por historiadoras/es sobre a EAH foi localizado. O artigo intitulado “Ensino de História em contexto hospitalar: o conhecimento histórico escolar como possibilidade de superação do estigma a partir da valorização dos tempos e das trajetórias dos sujeitos gravemente enfermos” de Géssica Torres Rozante e Hanik Righi Torres, publicado nos cadernos de resumos do XXIX Simpósio Nacional de História, em 2017. A abordagem das autoras buscou apresentar uma experiência de ensino de história em ambiente hospitalar. De modo, que a carência do debate entre historiadores se acrescenta aos motivos para a relevância da discussão do tema.

O levantamento realizado permitiu constatar uma prática recorrente nas fontes (artigos, dissertações, teses e livros), a investigação da gênese ou da ontologia da EAH. Com frequência, encontramos nos textos uma (re)visita à história dos hospitais como forma de cartografar os espaços destinados ao tratamento de doenças e aos cuidados com a saúde no decorrer da história do mundo e do Brasil.

Nas publicações resultantes da participação em eventos específicos sobre EAH (2000-2010), foi reduzido o número de eixos temáticos, sendo os principais: a) políticas públicas; b) currículo e c) multiprofissionalidade em Educação e Saúde. No que se refere aos sujeitos atendidos pela educação hospitalar, os artigos deram ênfase às crianças, adolescentes e jovens, não havendo praticamente menção a atendimentos em EAH voltados ao público estudantil adulto.

No que diz respeito aos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, através do acesso ao DGP, foi possível alcançar informações sobre pesquisadoras/es, estudantes e técnicas/os constituintes dos grupos, às linhas de pesquisas em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e aos padrões de interação com o setor produtivo, os limites e o perfil geral das atividades.

Sendo assim, inventariar, através do DGP, os grupos de pesquisas que desenvolvem estudos sobre EAH teve por objetivo reunir informações sobre quem realiza essas atividades, como e onde, bem como detalhes sobre o quê pesquisam. Essa análise permitiu, além da identificação dos grupos de pesquisa que são regulamentados pelo CNPq no país, traçar seus perfis e objetivos, um estado da arte e das práticas na área relacionada.

Para isso, na busca *online* no DGP, foram aplicados como filtros as seguintes palavras-chave: “Educação Hospitalar”, “Classe Hospitalar”, “Escola Hospitalar”, “Escolarização Hospitalar”, “Ensino Hospitalar”, “Atendimento Escolar Hospitalar”, “Atendimento Pedagógico Hospitalar” e “Pedagogia Hospitalar”. Os retornos obtidos permitiram a identificação do grupo, a condição atual do grupo no DGP (se certificado atualizado ou sem atualização), a data de criação, a/o(s) líder(es), a instituição de ensino superior a que está vinculado e as linhas de pesquisas principais.

O grupo GIEDH - Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar em desenvolvimento humano e Educação liderado pelas pesquisadoras Carla Luciane Blum Vestena e Ana Aparecida de Oliveira Machado Barby, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO foi o mais antigo encontrado no DGP, cadastrado no ano 2000. O GIEDH, por exemplo, possui 12 linhas de pesquisas cadastradas, entre elas, a de “Educação, Ambiente Hospitalar e Psicologia”. Foram identificados 16 grupos de pesquisa cadastrados no DGP.

Ao analisar as regiões onde estão localizadas as Instituições de Ensino Superior (IES) às quais os grupos estão vinculados, percebemos que a região Nordeste apresenta seis grupos de pesquisa, além de ser a região com maior concentração de grupos cadastrados no DGP. Em seguida, a região Centro-Oeste, com quatro grupos; a região Sul, com três grupos; a região Sudeste, com dois, e a região Norte, com apenas um grupo cadastrado. No período entre os anos de 2000 e 2010, além do GIEDH (primeiro cadastrado no DGP), apenas mais três grupos foram cadastrados, embora tenha aumentado o número de publicações de dissertações e teses, particularmente entre os anos 2008 e 2010.

No que diz respeito a EJA, o debate engloba a educação da classe trabalhadora que, para Freire, deveria ser um projeto emancipatório de educação. Nessa perspectiva, a EJA representa uma das faces mais explícitas do desafio educacional e da afirmação dos direitos humanos no Brasil. Isso decorre, sobretudo, do fato de os sujeitos a quem essa modalidade de ensino é destinada serem constituídos, em sua maioria, por pessoas pobres, negras e de baixa renda. Segundo Paulo Freire (2003), na EJA chegavam os que sofrem e lutam, aqueles a quem, na dedicatória de *Pedagogia do oprimido*, chamou de “esfarrapados do mundo”.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil é ofertada em estabelecimentos regulares de ensino das redes pública e privada, por meio de iniciativas governamentais e não governamentais, assim como por programas especiais. Contudo, no âmbito das redes públicas estaduais e municipais de ensino, nos anos 2000-2010 havia modelos diferenciados de oferta de EJA. Nas redes públicas existiam tanto turmas de alfabetização quanto de Ensino Fundamental e Ensino Médio com opções diversificadas e abertas concebidas para esse público especificamente.

O quadro da educação brasileira no início da primeira década do século XXI, explicitado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e divulgado em 2003, apresentou que 68 milhões de jovens e adultos trabalhadores brasileiros com 15 anos ou mais não haviam concluído o Ensino Fundamental e apenas 6 milhões (8,8%) das pessoas nessa situação estavam matriculadas em cursos de EJA.

Após quase uma década, a taxa de analfabetos entre a população de 15 anos ou mais de idade reduziu, passou de 12,1% para 8,6% da população, o que correspondia a 13 milhões de pessoas. Quando comparado o analfabetismo entre a população adulta nas áreas rurais e urbanas, os dados apresentados pelo PNAD apontaram que no ano de 2011, a taxa das pessoas com 15 anos ou mais, residentes em domicílios rurais analfabetas era de 21,2%. Essa informação indica uma elevação em relação à taxa verificada entre pessoas da mesma faixa etária no meio urbano de 6,6%, no mesmo ano.

Em 2015, o Ministério da Educação publicou em relatório sobre a educação nacional elaborado no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica Internacional com a cooperação da UNESCO para apresentar o que se alcançou no período (resultados) e como se alcançou (estratégias), bem como os desafios apresentados para o período pós-2015.

O relatório (Brasil, 2014a) publicado pretendia dar devolutiva a agenda de compromissos assumida em no ano 2000, por 164 países reunidos em Dakar, entre eles o Brasil, de perseguir seis metas de Educação para Todos até 2015. Análise do documento permite avaliar os caminhos seguidos pelo país entre 2000-2015, as políticas e os programas implementados e seus principais resultados divulgados pelos governos. O documento apresenta que o objetivo do levantamento era a contribuição para a formulação e implementação de políticas integradas de melhoria da equidade e qualidade da educação em todos os níveis de ensino formal e não formal.

O primeiro Plano Nacional de Educação - PNE 2001-2010, publicado através da Lei n. 10.172 (2001) foi concebido sob a vigência da Constituição de 1988, cuja sanção presidencial ocorreu já no contexto dos objetivos de Educação para Todos - EPT definidos em Dakar. Algumas das 20 metas coincidiam com os seis objetivos de EPT estabelecidos em Dakar; outras representavam prioridades específicas do Brasil, seja em termos de inclusão de segmentos mais vulneráveis da população ou de resposta aos requerimentos do mundo do trabalho e da sociedade do conhecimento.

A existência de um PNE com 20 metas a serem atingidas, no que se refere especificamente a EJA, demonstra que aspectos relevantes precisaram ser redimensionados para o PNE do decênio seguinte com metas a serem atingidas até 2023. Apesar dos avanços o país ainda seguia com grandes desafios a serem enfrentados nos próximos anos como por exemplo, expansão do acesso e permanência, principalmente de segmentos antes excluídos, ora contemplados pelas políticas de inclusão e diversidade para que se aproximar do princípio da universalização.

No caso da EJA, cabe destacar sua inserção no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB por meio da Lei n. 11.494 (2007), o que poderia assegurar o financiamento e, conseqüentemente, a sustentação dessa modalidade de educação. Isso porque essa inserção permitiu a redistribuição dos recursos do fundo aos estados e municípios para efetivação de matrículas da EJA.

Entretanto, o foco de uma política educacional deve ser a busca de equilíbrio entre as metas quantitativas e qualitativas. A qualidade da educação implica cuidar (mais e melhor) sujeitos focais dos processos educativos, cuja contribuição é fundamental para garantir o sucesso dos seus percursos educacionais. Dessa maneira, deve se considerar o há por fazer em relação a redução das desigualdades, cuidar melhor da permanência, e expandir etapas e modalidades não contempladas com igual ênfase a exemplo da oferta de Educação em Ambientes Hospitalares - EAH para o público da EJA.

Henrique dos Santos Pacheco (2014) promove um debate sobre a EJA e suas possibilidades epistemológicas, afirmando que as pessoas aprendem com e através da experiência. Para realizar

esse debate, o mencionado autor realiza diálogo com textos de Thompson e propõe a concepção da categoria “experiência”. Segundo Pacheco (2014), Thompson desenvolveu a dialética necessária entre educação e experiência a partir de sua prática na educação de adultos trabalhadoras/es. Essa experiência o levou a ressaltar o merecimento da atenção das/dos historiadoras/es àquilo que as pessoas comuns fazem, especialmente no que diz respeito à ideia de processo e movimento, tendo nos estudos da cultura e da experiência a possibilidade necessária à produção do conhecimento histórico.

Nesse sentido, a pesquisa realizada adere teoricamente ao pensamento freireano de educação popular que, conforme Brandão (2002), é plural, tem muitos rostos e serve a vários gostos. “Comporta teorias sobre a pessoa, sobre a sociedade, sobre a história e sobre o sentido do ensinar-e-aprender bastante diferentes. E ela contempla também diferentes planos de atividades. Educa-se dentro e fora da sala de aula, dentro e fora da escola.” (Brandão, 2002, p. 49).

A propósito do contexto social e econômico da primeira década do século XXI, estavam sendo mobilizadas ações para ultrapassar problemas sociais historicamente estabelecidos e enraizados, ao passo que se definiam estratégias de combate à pobreza e ao desemprego. Na dinâmica do cenário político, as questões das políticas públicas estavam na ordem do dia da agenda das/dos formuladoras/es. Nessa arena, apareciam as tensões, as contradições e as disputas.

Contudo, a EJA, modalidade estratégica para o aumento da escolaridade e da qualificação da população em idade ativa, não estava entre as prioridades. Os dados do Fundeb mostram que, em 2009, a EJA estava empatada com a “creche em tempo parcial” na posição de modalidade com menor financiamento público. Haja vista os embates durante as discussões sobre o financiamento da educação que se aventavam em torno do Projeto de Lei – PL 8035/2010, transformada na Lei n. 13.005 (Brasil, 2014b), o PNE do decênio seguinte.

Seja pela escassez de publicações (artigos, dissertações e teses) que abordassem a EAH para EJA, seja pela invisibilidade da própria EAH, seja pelas matrizes documentais implementadas lentamente entre 2001 e 2010 como políticas públicas educacionais para EJA, foi possível constatar a realidade educativa que compunha o cenário no qual essas políticas foram estabelecidas e os aspectos escamoteados nesses documentos.

CONCLUSÃO

Entender a escolarização como um processo que permite às/aos sujeitas/os acesso ao conhecimento e possibilita compreender a realidade do espaço-tempo em que vivem, corresponde defendê-la como direito social. Ao vivenciar esse processo, estando mais bem (in)formadas/os, se garantem condições para que passem a agir de forma ainda mais consciente, o que serve para o alcance da cidadania plena.

A pesquisa abordou questões envolvendo majoritariamente as seguintes temáticas: direitos sociais, políticas públicas educacionais e escolarização para estudantes da Educação de Jovens e Adultos - EJA em situação de adoecimento e internação hospitalar. A história da educação foi apresentada como discussão que atravessa analiticamente o campo das políticas públicas educacionais a partir da interface educação-saúde.

No foco deste artigo, além da apresentação das fontes, esteve o debate sobre a legislação promulgada (2000 a 2010) que reconheceu e amparou a Educação em Ambiente Hospitalar - EAH e, mais especificamente, aquelas que asseguram sua oferta aos estudantes jovens e adultos – EJA, em situação de adoecimento, em atendimento nas unidades hospitalares, além da contraposição entre o preconizado pela legislação e o que efetivamente aconteceu.

Sendo assim, as legislações publicadas ao longo do período analisado pela pesquisa envolvem mais do que o sentido de ordenamento e reunião de códigos: representam os anseios das/dos estudantes da EJA e de profissionais da Educação que defendem o reconhecimento de uma

política pública educacional que possa referendar os direitos das/dos estudantes adoecidos e a ampliação da Educação em Ambiente Hospitalar para EJA.

Embora os textos oficiais e diplomas legais tenham reconhecido a EAH como direito, inspirado nos princípios da democracia, da cidadania, da inclusão e da justiça social, as políticas públicas educacionais não foram implementadas a contento. Por óbvio, as políticas públicas não se fazem sozinhas. Necessitam, como pudemos constatar na pesquisa, da mobilização social e de recursos financeiros e humanos.

Outro aspecto evidenciado na investigação diz respeito à relevância da sociedade conhecer, compreender e se apropriar desse direito a EAH. Mesmo mantendo relações diretas com as/os profissionais e espaços do campo da Saúde, essa oferta educacional não deixa de cumprir o objetivo principal de gerar possibilidades de aprendizagens propedêuticas para sujeitas/os.

Desse modo, evidencia-se a necessidade de se estabelecer aproximações entre as/os profissionais da área da saúde: psicólogas/os, médicas/os, enfermeiras/os, odontólogas/os, fisioterapeutas, nutricionistas e terapeutas ocupacionais, entre outras/os, partindo da concepção de Educação Popular, em que pessoas dessa área, com seus saberes científicos e de tecnologias especializadas, pudessem, associadas/os com as/os profissionais da educação, integrar temas mais filosóficos ou mesmo sociais, unindo saúde e educação. Nesse sentido, faz-se necessário um processo de democratização real, para além das leis e resoluções, com a participação dos segmentos sociais organizados na busca da efetivação de uma educação popular.

Nessa perspectiva, as instituições educacionais e de saúde públicas precisam informar e garantir a oferta desse direito à população. Ao governo federal, mais especificamente ao Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial – responsável pela organização e diretrizes da EAH –, cabe criar mecanismo para ampliar, consolidar e monitorar a garantia desse direito. Cabe, ainda, às Secretarias de Educação estaduais e municipais, estreitar as relações com as Secretarias de Saúde e outros espaços de atendimento a jovens e adultos enfermos (por exemplo, as Casas de Apoio) para a implantação, gestão e ampliação da oferta de EAH, bem como divulgar essa iniciativa para a comunidade escolar dando abertura de oportunidades a segmentos até então excluídos da atenção e do foco das políticas públicas.

Desse modo, mudanças atitudinais de instituições e da sociedade civil podem, além de dar maior visibilidade a EAH para EJA, contribuir para a garantia efetiva do que já se encontra estabelecido pelos diplomas legais desde o início deste século quanto ao direito à educação para pessoas jovens e adultas em situação de adoecimento.

Contribuições dos Autores: Gomes, A. M.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Carvalho, I. F.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Não aplicável.

Agradecimentos: Não aplicável.

REFERÊNCIAS

Barros, Alessandra (2011). Notas sócio-históricas e antropológicas sobre a escolarização em hospitais. In Schilke, A.L., Nunes, L.B., & Arosa, A.C. (Orgs.). *Atendimento Escolar Hospitalar: saberes e fazeres*. Niterói: Intertexto, p.19-36.

Brandão, Carlos Rodrigues (2002). *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis: Vozes.

- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Título VIII, Capítulo III, Art. 205. Brasília. <https://bit.ly/3CYTXVn>
- Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm
- Brasil. (2000). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União de 19 jul. 2000. Brasília. <https://bit.ly/3b6PVwo>
- Brasil. (2001). Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial União de 09 jan. 2001. Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm
- Brasil. (2002). Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial. Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações. Brasília. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf>
- Brasil. (2007). Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Diário Oficial União de 20 jun. 2007. Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm
- Brasil. (2014a). Ministério da Educação. Relatório Educação para Todos no Brasil, 2000-2015. Brasília: MEC, 2014. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232699>
- Brasil. (2014b). Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial de 25 jun. 2014. Brasília. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>
- Freire, P. (2003). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Gomes, A. M. (2022). Políticas públicas em educação para jovens e adultos no Brasil: legislação e efetivação de direitos (2000-2010). Dissertação de Mestrado. PPGH/UESC.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2005). Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio (PNAD). Síntese de Indicadores 2004. Rio de Janeiro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio (PNAD). Síntese de Indicadores 2013. Rio de Janeiro. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>
- Karnal, L., & Tatch, F. G. (2009). Documento e História. In Pinsky, C.B., & Luca, T.R. de (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto.
- Pacheco, H. dos S. (2014). O pensamento de E.P. Thompson e a “experiência” como mediação necessária na educação de jovens e Adultos trabalhadores em Itaboraí/Rj. *Revista Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro: UFF, 12 (19), 134-156. <https://doi.org/10.22409/tn.12i19>
- Saldanha, Gilda Maria Maia Martins & Simões, Regina Rovigati (2013). Educação Escolar Hospitalar: O que mostram as pesquisas? *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 19(3), 447-464. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382013000300010>
- Silveira, D. T.; & Córdoba, F. P. (2009). A pesquisa científica. In: Gerhardt, T.E., & Silveira, D.T. (Orgs.). Métodos de pesquisa. Universidade Aberta do Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Sousa, J. R. de; & Santos, S. C. M. dos. (2020). Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, Juiz de Fora: UFJF, 10(2), 1396-1416. <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>
- Zanatta, C. et al. (2021). Sofrimento psíquico, envelhecimento e finitude. *Revista Valore*, 6, 92-108. <https://doi.org/10.22408/rev602021102292-108>

Recebido: 18 de março de 2023 | **Aceito:** 2 de setembro de 2023 | **Publicado:** 21 de dezembro de 2023



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.